
CARACTERÍSTICAS E PERSPECTIVAS DA INTEGRAÇÃO DAS ECONOMIAS REGIONAIS

IGNACIO DE MOURÃO RANGEL
Economista do BNDE

INTRODUÇÃO

A abordagem do problema da integração das economias regionais brasileiras, no sentido geral de incorporá-las mais estreitamente num esquema único de divisão nacional do trabalho, não pode ser tentada senão a partir de uma hipótese quanto ao desenvolvimento da economia nacional como um todo, no futuro mais ou menos imediato.

Ora, nada menos linear do que o desenvolvimento da economia nacional brasileira. Não apenas seu crescimento tem sido alternadamente assinalado por crescente participação na divisão mundial do trabalho (aumento das exportações) ou por de-

clínio relativo nessa mesma participação (expansão das atividades substitutivas de importações), como, em cada um desses grandes movimentos, provavelmente relacionados com a ação da vaga secular, podemos localizar vários movimentos de mais breve duração, segundo a atividade específica ou grupo de atividades específicas que, no momento, responde pela tônica da atividade econômica geral.

Com efeito, tanto nos períodos de "crescimento para fora", como nos de "crescimento para dentro", correspondentes, respectivamente, ao aumento relativo das atividades exportadoras e das atividades substituidoras de importações, é digno de menção o fato de que não são tôdas as indústrias ou ramos exportadores ou tôdas as ati-

vidades substituidoras de importações as que, alternadamente, despertam ou caem em letargo, em cada período. Quando a tônica do crescimento está no campo das atividades exportadoras (crescimento para fora), soe acontecer que, em dado momento, uma indústria, ou, no máximo, um pequeno grupo delas se destaca das demais, não somente pela expansão do seu próprio produto (efeito mediato), como pela abertura das principais oportunidades de investimento e, por via do aproveitamento destas, pela elevação da taxa nacional de formação de capital. *Mutatis mutandis*, não é outro o comportamento da economia, quando a tônica se desloca para as atividades substituidoras de importações (crescimento para dentro).

PERSPECTIVAS IMEDIATAS

Dado êsse quadro, que generaliza tôda a experiência brasileira de desenvolvimento econômico e que, muito provavelmente, encompassará também o desenvolvimento de se esperar para o futuro próximo, cumpre assinalar que talvez estejamos vivendo os últimos momentos de um ciclo de crescimento para dentro, durante o qual a economia derivava seu impulso expansivo do esforço de formação de capital (e, portanto, de utilização de recursos ociosos deixados pelo ciclo anterior), da necessidade de substituir importações, para compensar o estreitamento relativo e, em certos períodos, absoluto, da capacidade para importar.

Não apenas o panorama mundial nos sugere essa mudança geral de rumo, visto como os fluxos de intercâmbio estão, desde há um decênio, aproximadamente, crescendo a ritmos superiores aos da renda nacional, como, dentro da economia nacional, assistimos, desde há cerca de um lustro, a um esmorecimento das inversões substituidoras de importações, com reflexos sobre todos os aspectos da vida nacional — desde o comércio exterior, que passou a mostrar persistente tendência à expansão, ao comportamento social e político do sistema.

Recapitulando o período caracterizado pela substituição de importações — desta feita encarnada essencialmente como movimento de industrialização — podemos assinalar:

- a) que durou aproximadamente um quartel de século — de 1936 a 1961 — *grossa modo*;
- b) que, havendo-se concentrado inicialmente na produção de bens não duráveis de consumo, manifestou, desde os anos imediatos à II Guerra Mundial, a tendência a passar aos bens duráveis de consumo, destes transitando, desde meados do passado decênio, ao suprimento de bens de equipamento e, de um modo geral, de produtos intermédios, transferindo a substituição de importações do campo dos produtos acabados para o dos insumos primários ou fabricados nacionalmente;
- c) o período subsequente ao desenvolvimento motivado pela necessidade de compensar o estreitamento da capacidade para importar manifestou a tendência ao deslocamento do fulcro fundamental do crescimento para as indústrias e serviços de infra-estrutura — os quais, tanto podem ser apreciados como substituições de importação de segundo grau, como preparação da economia para um possível ciclo de crescimento para fora.

ETIOLOGIA DA CRISE

Para concluir êste bosquejo, cumpre dizer que as transições — tanto entre os grandes ciclos (crescimento para fora ou para dentro), como entre os pequenos ciclos (deslocamento do fulcro de crescimento de um grupo de atividades para outro) — costumam ser períodos de crise. Compreende-se: uma vez fixado qual o grupo de atividades de cujo crescimento dependerá a atividade geral do sistema (via esforço de formação de capital), as instituições são paulatinamente ajustadas no sentido de tornar viável a canalização da poupança nacional de tôdas as áreas do sistema econômico para as atividades em expansão. Ora, cumprida essa missão, isto é, liquidado o atraso dos ramos de produção em causa, re-

lativamente ao sistema como um todo, êsse mecanismo canalizador de poupança continuará a operar por inércia, induzindo o aparecimento de capacidade ociosa, comprometendo a taxa real de rentabilidade dos investimentos, até torná-la negativa em termos reais, e deprimindo o coeficiente de capital. Nessas condições, a taxa nacional de formação de capital tende a declinar, passando a depender, cada vez mais, para manter-se, de compulsões externas, do gênero da inflação, que penaliza a retenção de ativos monetários ou disponíveis, ou da tentativa de expropriação fiscal dos lucros.

Êsse estado de coisas tende a durar até que, havendo-se definido nôvo setor a expandir (vale dizer, um grupo de atividades cuja demanda permaneça ativa, não obstante o declínio da demanda global, fato êste que caracteriza a crise, ou, mais precisamente, a depressão ou recessão), criem-se as condições institucionais necessárias à reorientação de parcelas crescentes da poupança nacional para ditas atividades. São múltiplas as soluções historicamente oferecidas para êsses problemas, mas tal assunto escapa a nossas cogitações presentes. O que importa saber é como se comporta o balanço inter-regional, à vista de tais deslocamentos dos fulcros de crescimento e das mudanças institucionais exigidas pelos mesmos deslocamentos.

Ê diante dessa questão concreta, isto é, da necessidade de reformular o problema geral da redistribuição geográfica da atividade econômica nacional, à vista de um duplo deslocamento do fulcro de crescimento (de crescimento para dentro, para crescimento para fora, e de expansão de indústrias supridoras de produtos intermédios para atividades de infra-estrutura) que devemos tomar posição.

DIVISÃO SETORIAL E REGIONAL DO TRABALHO

Em princípio, todo deslocamento setorial do fulcro de atividade econômica comporta, pelo menos como possibilidade, uma redistribuição geográfica dessa mesma atividade econômica. Compreende-se que os fatores locacionais que devem presidir ao aparecimento das novas atividades não serão, necessariamente, os mesmos que gover-

naram o aparecimento das atividades expandidas no período anterior. Além disso, há um momento em que, na gestação de uma atividade econômica nova, isto é, na elaboração dos projetos criadores das novas unidades econômicas, é relativamente indiferente optar por esta ou aquela localização.

Esta última circunstância é muito importante quando, além de preocupações meramente econômicas, pretendemos guiar-nos por objetivos sociais e políticos, tais como a necessidade de promover melhores esquemas de distribuição da renda nacional e de consolidação da unidade política do país. Com efeito, em princípio, é mais difícil erradicar uma atividade econômica de uma região, para implantá-la em outra, do que criar, nessa outra, uma atividade nova — respeitadas, já se vê, os limites concretos impostos à liberdade de opção.

No caso vertente, quando se trata, não mais, como no ciclo anterior, de implantar indústrias substitutivas de importações, essencialmente à base da utilização de uma infra-estrutura criada pelo ciclo precedente (axiado na exportação de alguns produtos agrícolas), mas de, precisamente, criar as indústrias e serviços de infra-estrutura, cuja falta se tornou patente nas etapas finais do ciclo vencido da industrialização substituidora de importações, a ubicação de ditas indústrias e serviços é muito menos predeterminada pelos serviços pré-existentes, do que antes.

Ao contrário, a indústria desenvolvida no período anterior suscita necessidades novas, tais como novas matérias-primas, novas fontes de energia e, talvez acima de tudo, a necessidade de um mercado nacional unificado, à altura da escala das novas empresas, fatos êsses que não podem senão levar o impulso de crescimento condicionado à criação das novas atividades infra-estruturais a novas áreas do território nacional, anteriormente à margem do desenvolvimento.

DIVISÃO REGIONAL E DEMOGRAFIA

A correta percepção do problema regional brasileiro não poderá ser alcançada, a menos que o Brasil seja encarado como um imenso país que ainda está parcialmente despovoado e em processo de povoamento. A êsse quadro demográfico corresponde

um quadro econômico complexo e móvel, mas de tal natureza que também podemos dividir o território segundo o grau de povoamento e de efetiva participação na economia nacional, vista esta como um sistema integrado.

A presença de terras inocupadas ainda — segundo padrões tecnológicos, econômicos e sociais contemporaneamente compatíveis com o conceito de ocupação de um território — pode exercer múltiplas influências sobre a economia e a vida das partes mais efetivamente ocupadas do país, na medida em que:

- a) terras, outrora economicamente inacessíveis, se vão tornando acessíveis, por força nas inovações introduzidas na técnica dos transportes e das comunicações;
- b) terras, outrora inabitáveis, por falta de condições sanitárias mínimas compatíveis com um povoamento de razoável densidade, tornam-se habitáveis, por força de inovações observadas na tecnologia da saúde;
- c) terras, outrora privadas de significação econômica imediata, especialmente por falta de efetiva demanda para os produtos que poderiam suprir em suas presentes condições tecnológicas e econômicas, ganham significação, por efeito de relação, isto é, como reflexo do surgimento de um mercado pronto para ditos produtos.

Alternativa ou concomitantemente, a ocorrência dessas mudanças, na própria medida em que condicione modificações da situação e nas possibilidades dos territórios desocupados, absoluta ou relativamente, tenderá a refletir-se sobre o quadro econômico e social das áreas de efetiva ocupação ou, como denominaremos neste estudo, das Áreas de Antigo Povoamento. Com efeito, a abertura de fronteiras demográficas e econômicas novas, ao introduzir uma redistribuição dos recursos produtivos — a começar pela mão-de-obra, isto é, pela população — drena para fora dessas áreas de antigo povoamento recursos que aí permaneciam em condição de ociosidade absoluta ou relativa e, como conseqüência, provoca mu-

danças nas funções básicas de produção, ao alterar o quadro geral de disponibilidades e preços dos fatores.

Sob certo ângulo, essas mudanças nas funções básicas de produção do sistema econômico podem encontrar expressão nas proporções relativas em que a economia utilize os insumos classificáveis respectivamente como componentes dos custos fixos e circulantes de produção ou, o que não seria senão outro modo de dizer a mesma coisa, essas mudanças podem refletir-se na relação básica capital:produto (ou sua recíproca, o coeficiente de capital). Ora, essas alterações observadas no interior do processo produtivo tendem a transcender, por sua significação, dos limites da economia da firma, visto como as mudanças na quantidade relativa de capital (por força do aumento relativo da quantidade utilizada de itens componentes dos custos fixos), desde que se manifestem como fenômeno de massa e não como casos isolados ou mutuamente compensados, ganham significação macroeconômica (via taxa de formação de capital e efeitos multiplicador e acelerador).

A DIVISÃO REGIONAL HERDADA

Ora, o Brasil chegou ao presente século sob a forma de um imenso território muito desigualmente ocupado e apresentando, quase que exclusivamente ao longo da costa, formações econômicas regionais, geralmente estruturadas em torno de um porto-empório, orientadas mais para o comércio exterior do que para o comércio com as outras regiões, tendo cada uma como espinha dorsal um sistema regional de transportes, o qual servia de base a um esquema também regional de divisão social do trabalho. Noutros termos, na medida em que a divisão do trabalho ultrapassava os quadros da mera divisão familiar ou local, a economia estava, por toda parte, estruturada em três patamares, a saber:

- a) a economia do mercado regional;
- b) a economia do mercado nacional;
- c) a economia do mercado mundial.

Históricamente surgidas a partir de feitorias aparecidas em nossa costa, por iniciativa da economia do mercado mundial, as outras duas formações foram aparecendo gradativamente, como estruturas adventí-

cias e cuja significação tinha, naturalmente, que mudar, segundo o grau de desenvolvimento alcançado pela economia interna — nacional e regional —, assim como segundo o estado geral do intercâmbio com o exterior. Compreende-se que tal economia se comportasse muito diferentemente, conforme o intercâmbio com o exterior estivesse em expansão ou contração. Com efeito, em todos os estágios do desenvolvimento da economia nacional brasileira, esta ensaiou, com diferentes medidas de êxito, formas de ajustamento interno às flutuações do intercâmbio com o exterior. Alternadamente, portanto, conforme fôsem as circunstâncias, desenvolviam-se as atividades supridoras de artigos exportáveis ou atividades supridoras de artigos tradicionalmente importados.

Êste esquema geral não mudou, desde os tempos de colônia. O que tem mudado e continua a mudar são o modo e o êxito desses movimentos primários de realocação de recursos, bem assim o escopo dos movimentos secundários por êles induzidos. Segundo as circunstâncias concretas, a experiência adquirida anteriormente, a amplitude do mercado, a constelação de recursos imediatamente utilizáveis e o sinal e magnitude das mudanças observadas no intercâmbio com o exterior, a economia reagia: expandindo as atividades ganhadoras de divisas, ou, então, as poupadoras de divisas; desenvolvendo a produção, qualquer que fôsse ela, em larga ou em pequena escala; empregando tecnologia moderna ou tecnologia arcaica; fazendo variar os pesos relativos da economia de autoconsumo, da economia do mercado local, do mercado regional, do mercado nacional e do mercado mundial (isto é, do “setor resto do mundo” da economia nacional); promovendo a produção nos quadros familiares, nos quadros artesanais ou nos quadros das grandes unidades — a fazenda de escravos, o latifúndio semi-feudal ou a empresa capitalista, etc.

Compreende-se que tal economia se comportasse regionalmente de modo muito diverso, quando teve que ajustar-se aos efeitos das grandes comoções que têm sacudido a economia mundial no presente século, assinaladas por duas grandes guerras mundiais, por crises de intensidade e duração sem precedentes, por surtos de prosperida-

de, também sem precedentes, e por uma série ininterrupta de mudanças na tecnologia e na própria escala humana de valores, que não encontram paralelo com as de qualquer outra época da história. Não apenas o comportamento do Brasil como um conjunto foi muito diverso do observado noutros países submetidos ao mesmo desafio na América Latina, na Ásia, na África, na Oceânia e nas partes subdesenvolvidas da Europa, como, dado o grau acentuado de isolamento em que viviam suas diferentes regiões, cada uma destas tentou ajustar-se às cambiantes situações de modo mais ou menos adequado às próprias condições de experiência, de mercado, de recursos, etc.

Até anos recentes, o efeito combinado de tôdas essas comoções observadas neste século, na economia mundial, foi, no que concerne à magnitude relativa do intercâmbio com o exterior das diferentes economias nacionais, de declínio. Noutros termos, por motivos econômicos e outros, o extraordinário surto de desenvolvimento observado no presente século, em todos os continentes e em tôdas as áreas em que politicamente se divide o mundo, teve, a bem dizer sem exceção, a forma de um recondicionamento das economias nacionais, no sentido geral de torná-las mais auto-suficientes, através do fomento de atividades substituidoras de importações. Nem o Brasil, nem as diferentes regiões que o compõem, fizeram exceção a essa regra.

COMPORTAMENTO REGIONAL DIFERENCIADO

O esquema geral dêsse esforço substituidor de importações foi, na origem, idêntico para tôdas as regiões. Exportadoras de produtos primários e importadoras de produtos acabados, notadamente bens e serviços de consumo, as diferentes economias regionais, conforme a violência dos efeitos das mudanças externas sôbre suas próprias economias, buscaram organizar o suprimento interno dos mesmos ou de alternativos bens e serviços tradicionalmente importados. Entretanto, enquanto nos seringais da Amazônia, por exemplo, as restrições às importações e o declínio da renda levaram a família a buscar em si mesma bens ou serviços alternativos, em São Paulo e na atual Guanabara isso mesmo começou a ser

tentado sob a forma de criação de unidades manufatureiras avançadas ou de estabelecimentos fabris, no sentido contemporâneo dêsse termo. Entre êsses dois extremos, podemos encontrar formas intermediárias, dominadas pelo artesanato e por formas inferiores de manufatura, no que concerne à economia urbana, e ao aparecimento de grandes empreendimentos agrícolas, aproveitando a experiência da monocultura exportadora, mas voltados, agora, para o mercado interno, e não mais para as exportações.

Compreende-se que o comportamento ulterior da economia regional estaria na dependência, em última instância, da forma como fôsse empreendido o esforço fundamental de substituição de importações. Tal fôsse a forma escolhida — e já vimos que essa escolha não era arbitrária, visto como refletia o estado geral de desenvolvimento econômico alcançado, a magnitude do mercado, a riqueza da constelação de recursos suscetíveis de pronto emprêgo, etc. — a economia regional, iguais as demais circunstâncias, tenderia a comportar-se de modo progressivo, estagnante ou mesmo regressivo. As formas progressivas estão relacionadas, geralmente, com a aplicação de moldes avançados, isto é, capitalistas (privados ou de Estado); as formas estagnantes refletem, ordinariamente, o esforço de diversificação da produção empreendido em condições artesanais; finalmente, as formas regressivas associam-se ao uso predominante de expedientes familiares de diversificação da produção.

O aparecimento de um núcleo de indústria capitalista, de uma monocultura agrícola voltada para o mercado interno e dos grandes serviços de utilidade pública (inclusive os culturais e os de saúde) representava, desde a origem, certa tendência à ampliação do seu raio de ação a tóda a economia nacional, aproximando entre si as diferentes regiões, repetindo, em suma, em escala nacional, sua aventura transitória regional. Entretanto, em tóda a primeira etapa da industrialização do Brasil, o intenso desenvolvimento da área dinâmica do sistema coincidiu com conjunturas estagnantes ou mesmo regressivas em vastas parcelas do território nacional.

Mais ainda, mesmo quando, finalmente, a influência progressiva começou a estender-se à periferia estagnante ou regressiva — e há um decênio, já, que as taxas de crescimento da periferia se tornaram sistematicamente mais elevadas que as do Centro — êsse fato assumiu a forma de uma crise. Paradoxalmente, nunca foi tão acentuada a consciência do subdesenvolvimento das áreas periféricas, estagnantes ou regressivas, do que quando, finalmente, êsse subdesenvolvimento começou a ser liquidado. É que a influência da área central sôbre a periferia assume a forma de distribuição a ela de novas funções nos quadros do sistema econômico nacional, afinal em processo de séria integração, o que quer dizer que muitas das atividades tradicionais devem ser abandonadas, que novos padrões de valor devem ser aceitos, que recursos materiais e humanos devem ser realocados. O início do esforço de construção torna-se, assim, inseparável de um sério trabalho de demolição.

É nesse multiforme esforço de realocação dos recursos que vamos encontrar o Brasil de hoje. Recursos materiais e humanos são transferidos de uma atividade para outra e também de uma região para outra. Ora, só até certo ponto é possível isolar os movimentos inter-regionais de recursos, dos inter-setoriais, visto como os segundos, muitas vêzes, não passam da forma da qual os primeiros são conteúdo. Não obstante, o movimento de redistribuição inter-regional de recursos vai além de um simples fenômeno de redistribuição inter-setorial. É que a redistribuição inter-regional, sôbre ser um fenômeno de crescimento quantitativo da economia nacional — crescimento horizontal — é também um fenômeno de mudança qualitativa, visto como, não sômente as novas províncias que resultam dêsses movimentos diferem muito, economicamente e socialmente, das anteriores, como as próprias antigas províncias entram a mudar, como já o sugerimos antes.

CONFIGURA-SE A NOVA DIVISÃO REGIONAL

Com efeito, o Brasil de hoje, se atentarmos para os movimentos inter-regionais dos recursos humanos, pode ser dividido, num primeiro exame, numa área ou conjunto de áreas de antigo povoamento, e numa área ou conjunto de áreas de novo ou iminente povoamento. Por comodidade estatística, podemos acrescentar um grupo especial de unidades federadas que, embora parcialmente situadas na área de antigo povoamento, passaram por um intenso processo de povoamento de parcelas, antes despovoadas, do seu território, de modo a comporem as áreas de transição. Finalmente, dentre as áreas de antigo povoamento, uma se destaca claramente das demais, pelo fato de ter sido palco do esforço principal de industrialização. Assim, poderemos chamar de Centro Dinâmico da economia nacional a essa parte das áreas de antigo povoamento, designando as demais, por oposição, de Áreas Passivas de Antigo Povoamento.

Em suma, propomos que, para o efeito especial do estudo das relações econômicas e sociais inter-regionais do Brasil, seja o território nacional dividido nas seguintes parcelas:

- A — Centro Dinâmico
- B — Áreas Passivas de Antigo Povoamento
- C — Áreas de Transição
- D — Áreas de Novo ou Iminente Povoamento

Se tentarmos, por comodidade da pesquisa demográfica e econômica compor essas diferentes áreas com unidades federadas inteiras, é óbvio que teremos que incluir nas áreas de antigo povoamento zonas de transição ou de povoamento novo ou iminente; do mesmo modo, podemos encontrar zonas de antiquíssimo povoamento, mesmo nas áreas de novo povoamento; finalmente, por todo o território nacional podemos encontrar núcleos que, desenvolvendo-se em estreita ligação funcional com o Centro Dinâmico, melhor seriam estudados, economicamente, como parte deste e, inversamente, zonas passivas de antigo povoamento, mesmo em São Paulo, onde se encontra a parte vital do Centro Dinâmico. Assim, a divisão proposta a seguir do território nacional deve ser encarada como pri-

meira aproximação, visto como correspondente a um compromisso, em face de viabilidade da análise, de modo expedito. Para um exame mais aprofundado, algumas unidades federadas deverão ser desdobradas, possibilitando quantificações e qualificações mais precisas. Entrementes teremos:

- A — *Centro Dinâmico* — Estados de São Paulo e Guanabara (porções de Minas Gerais e Rio de Janeiro deverão ser eventualmente acrescentadas);
- B — *Áreas Passivas de Antigo Povoamento* — Aqui deveremos situar várias áreas específicas, a saber:
 - B-I — *Nordeste Oriental* — Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas;
 - B-II — *Nordeste Meridional* — Estados de Sergipe e Bahia (porções de território baiano melhor ficariam nas áreas de transição ou de novo povoamento);
 - B-III — *Centro* — Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro (oportunamente conviria, por um lado, desdobrar as porções já referidas de território desses estados e, por outro, acrescentar a parcela meridional do Espírito Santo);
 - B-IV — *Extremo-Sul* — Estado do Rio Grande do Sul (oportunamente convirá acrescentar algumas das zonas litorâneas e centrais dos estados de Santa Catarina e do Paraná);
- C — *Áreas de Transição* — Estados do Maranhão, Espírito Santo (inclusive faixa contestada de Aimorés), Paraná e Santa Catarina — (oportunamente, convirá desdobrar do Mara-

nhão as zonas orientais, para juntá-las ao Nordeste Oriental; do Espírito Santo, a parcela meridional, para adicioná-la ao Centro, como foi indicado; do Paraná e Santa Catarina, as faixas de antigo povoamento, para comporem, com o Rio Grande do Sul a região Extremo-Sul, para os efeitos aqui visados);

D — Áreas de Nôvo Povoamento — As atuais regiões fisiográficas do Norte e do Centro-Oeste desdobráveis em dois subgrupos:

D-I — *Norte* — Estados do Acre, Amazonas e Pará, e territó-

rios federais do Amapá, Roraima e Rondônia);

D-II — *Centro-Oeste* — Estados de Mato Grosso e Goiás e Distrito Federal.

SUPERFÍCIE E POPULAÇÃO DAS DIVISÕES PROPOSTAS

A significação quantitativa dessa divisão territorial pode ser resumida como segue, em termos de percentual da população (Censo de 1960) e da superfície do território nacional:

QUADRO I — DIVISÃO REGIONAL EM 1960

Discriminação	Superfície %	População %	População relativa	
			Hab/km2	Brasil = 1
BRASIL	100,00	100,00	8,34	1,00
A — Centro Dinâmico	2,93	22,94	65,30	7,83
B — Áreas Passivas de Antigo Povoamento	25,06	54,37	18,10	2,17
B-I Nordeste Oriental	7,49	18,58	20,07	2,48
B-II Nordeste Meridional	6,85	9,51	11,60	1,39
B-III Área Central	7,40	18,61	21,00	2,52
B-IV Extremo-Sul	3,32	7,67	19,30	2,31
C — Áreas de Transição	7,86	14,78	15,70	1,88
Maranhão	3,86	3,51	7,70	0,92
Espírito Santo (*)	0,53	2,21	30,20	3,62
Paraná	2,34	6,03	21,49	2,58
Santa Catarina	1,13	3,03	22,48	2,70
D — Áreas de Nôvo Povoamento	64,15	7,91	1,02	0,12
D-I Reg. Fisiográfica do Norte	42,07	3,67	0,73	0,09
D-II Idem, do Centro-Oeste	22,08	4,24	1,60	0,19

(*) Inclusive o território contestado de Aimorés.

O primeiro fato a considerar é que o Brasil chegou a 1960 com uma população distribuída de modo extremamente desigual. Com efeito, o que aqui designamos como "Áreas de Nôvo Povoamento", considerando que é através delas que atualmente se projetam as frentes — melhor dito,

os eixos — de penetração pioneira, ocupando virtualmente dois terços do território nacional (64,15 por cento), apenas contavam com 7,91 por cento da população — somente um habitante por km², densidade apenas explicável, em nossos dias, para desertos ou para terras situadas nos círculos

polares. Mais ainda, essa distribuição dir-se-ia estrutural, considerando que, até onde chegam nossos censos demográficos, isto é, desde há quase um século, êsse quadro somente nos últimos anos começou a mostrar

clara tendência a mudar. Assim, comparando-se a participação das regiões fisiográficas do Norte e do Centro-Oeste na formação da população total do país, teremos:

QUADRO II – ÁREAS DE NÔVO POVOAMENTO ATRAVÉS DOS CENSOS

Censo Demográfico	BRASIL		Norte %	C. Oeste %	Nôvo Povoamento %
	População	%			
1872	9.930.478	100,00	3,35	2,22	5,57
1890	14.333.915	100,00	3,32	2,24	5,56
1900	17.438.434	100,00	3,99	2,14	6,13
1920	30.635.605	100,00	4,70	2,48	7,18
1940	41.236.315	100,00	3,55	3,05	6,60
1950	51.944.397	100,00	3,55	3,34	6,89
1960	70.967.185	100,00	3,67	4,24	7,91

Êsse quadro apresentaria algumas mudanças, especialmente no último período intercensitário, se às regiões fisiográficas do Norte e do Centro-Oeste acrescentássemos, à primeira, o estado do Maranhão e, à segunda, os estados de Santa Catarina e Paraná. De fato, êsses estados, embora contando com áreas de antigo povoamento, deveriam, para os efeitos de nossa análise, figurar como áreas de nôvo povoamento. Entretanto, foi por êles que o quadro demográfico brasileiro começou a mudar. O oeste catarinense e paranaense (ao que deveríamos acrescentar a faixa de território paulista à margem esquerda do Rio Paraná) e as partes central e ocidental do Maranhão, por se encontrarem mais próximas, foram as primeiras áreas a sofrer de modo flagrante o movimento de redistribuição da população, que, em nossos dias, já lançou profundas incursões por tôdas as áreas de nôvo povoamento.

DINÂMICA REGIONAL DO POVOAMENTO

É muito importante para a definição de qualquer política econômica e social para o futuro, o sabermos que o país se encontra em processo de redistribuição do seu

estoque de mão-de-obra [=f(população)], fenômeno usualmente relacionado com a localização dos fulcros de formação de capital. Com efeito, a dotação regional de capital tende, ordinariamente, a elevar-se, tanto nas áreas que perdem população (devido a novas funções de produção, mais intensivas quanto ao capital) como nas que ganham população, sejam estas cidades ou áreas antes desertas, em vista da necessidade de assegurar aos novos núcleos a dotação mínima de capital. Mais ainda, tratando-se de um movimento já começado, o estudo dos efeitos dêste sobre a economia nacional como um todo, sobre a economia das áreas em processo de povoamento, e sobre as áreas de antigo povoamento – tanto as passivas como as constitutivas do centro dinâmico do sistema econômico nacional – é indispensável para formarmos juízo válido sobre as perspectivas futuras da economia nacional, e não apenas no que interessa ao balanço inter-regional. Para começar, limitando nossa atenção às mudanças ocorridas neste século, tais como se refletiram nos quatro censos demográficos feitos, temos uma visão a vôo de pássaro de ditas mudanças. Sem perder de vista que, em tôdas as áreas discriminadas, a população

estêve sempre em crescimento, as mudanças aqui registradas serão simplesmente efeitos das diferenças entre taxas dêsse mes-

mo crescimento, manifestando-se em mudança do pêso demográfico relativo das diferentes áreas. Assim:

QUADRO III — DISTRIBUIÇÃO REGIONAL DA POPULAÇÃO —
CENSOS DEMOGRÁFICOS (Números índices)

Discriminação	1900	1920	1940	1950	1960
BRASIL	100,0	175,7	236,5	297,9	407,0
Taxa de crescimento anual	2,0	2,9	1,5	2,4	3,1
Pesos demográficos					
BRASIL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
A — Centro Dinâmico	17,73	18,78	21,39	22,17	22,94
B — Áreas Passivas de Antigo Povoamento	68,36	65,28	66,87	58,85	54,37
B-I Nordeste Oriental	21,66	21,42	21,19	21,00	18,58
B-II Nord. Meridional	14,19	12,43	10,81	10,55	9,51
B-III Área Central	25,92	24,31	20,82	19,28	18,61
B-IV Extremo-Sul	6,59	7,12	8,05	8,02	7,67
C — Áreas de Transição	7,78	8,76	10,84	12,09	14,78
Maranhão	2,86	2,35	3,00	3,05	3,51
Espírito Santo	1,20	1,49	1,98	1,97	2,21
Paraná	1,88	2,24	3,00	4,07	6,03
Santa Catarina	1,84	2,18	2,86	3,00	3,03
D — Áreas de Nôvo Povoamento	6,13	7,18	6,60	6,89	7,91
D-I Região Norte	3,99	4,70	3,55	3,55	3,67
D-II Região Centro-Oeste	2,14	2,48	3,05	3,34	4,24

De um modo geral, particularmente no último período intercensitário as áreas passivas de antigo povoamento estiveram perdendo pêso demográfico, por um lado, para o Centro Dinâmico e, por outro, para as áreas de Transição e de Nôvo Povoamento. Cabe observar, entretanto, que nem todos êsses movimentos demográficos podem ser encarados como processo de redistribuição inter-regional de população. Ocorre que, além dos movimentos demográficos que poderíamos chamar de "horizontais", isto é, de uma área geográfica para outra, têm lugar outros fluxos, aos quais poderíamos denominar de "verticais" isto é, do campo para a cidade. Ora, do ponto de vista de ocupação do território, é rela-

tivamente indiferente conhecer a localização dos grandes centros urbanos, cuja significação ultrapassa os limites de suas respectivas comarcas e se projeta sôbre a economia nacional como um todo. Assim, já agora limitando nosso campo visual ao último período intercensitário, tentaremos, pela dedução dos movimentos demográficos mais claramente capituláveis como o de urbanização, isto é, os implícitos no crescimento dos 100 maiores núcleos urbanos, segundo o Censo de 1960, discriminação essa que abarca cidades que, nesta data, tinham 38.899 habitantes, ou mais, obter uma visão mais precisa dos movimentos propriamente inter-regionais:

QUADRO IV – DISTRIBUIÇÃO E ESTRUTURA REGIONAIS DA
POPULAÇÃO

(1.000 hab.)

Discriminação	População Total		População Urbana		População Rural	
	1950	1960	1950	1960	1950	1960
BRASIL	51.944,4	70.967,2	10.531,8	17.448,1	41.412,6	53.519,1
A — Centro Dinâmico	11.511,9	16.281,9	5.596,0	8.649,9	5.915,9	7.632,0
A-I Guanabara	2.377,5	3.307,2	2.335,9	3.223,4	41,6	83,8
A-II São Paulo	9.134,4	12.974,7	3.260,1	5.426,5	5.874,3	7.548,2
B — Áreas Passivas de Antigo Povoamento	30.570,0	38.587,2	3.974,6	6.915,9	26.595,4	31.671,3
B-I Nordeste Oriental	10.911,2	13.185,9	1.337,4	2.154,1	9.573,9	11.031,7
B-II Nordeste Meridional	5.478,9	6.750,9	580,5	991,9	4.898,4	5.759,0
B-III Área Central	10.015,0	13.201,6	1.321,8	2.528,5	8.693,2	10.673,2
B-IV Extremo-Sul	4.164,9	5.448,8	734,9	1.241,4	3.430,0	4.207,4
C — Áreas de Transição	6.280,9	10.489,8	497,2	989,6	5.783,7	9.500,2
C-I Maranhão	1.583,3	2.492,1	81,4	124,6	1.501,9	2.367,5
C-II Espírito Santo	1.021,6	1.573,0	75,9	122,2	945,7	1.450,3
C-III Paraná	2.115,5	4.277,8	226,6	538,7	1.888,9	3.739,1
C-IV Santa Catarina	1.560,5	2.146,9	113,3	204,1	1.447,2	1.942,8
D — Áreas de Novo Povoamento	3.581,6	5.608,4	464,0	892,7	3.117,6	4.715,7
D-I Norte	1.844,6	2.601,5	340,9	514,0	1.503,7	2.087,5
D-II Centro Oeste	1.737,0	3.006,9	123,1	378,7	1.613,9	2.628,2
D-II (excl. Brasília)	1.737,0	2.865,2	123,1	237,0	1.613,9	2.628,2

QUADRO V — POPULAÇÃO URBANA E RURAL

Pesos regionais

Discriminação	População Urbana		População Rural		Índice de Urbanização (% pop. total)	
	1950	1960	1950	1960	1950	1960
BRASIL	100,00	100,00	100,00	100,00	20,28	24,59
A — Centro Dinâmico	53,13	49,57	14,29	14,26	48,61	53,13
A-I Guanabara	22,18	18,47	0,10	0,16	98,25	97,47
A-II São Paulo	30,95	31,10	14,19	14,10	35,69	41,82
B — Áreas Passivas de Antigo Povoamento	37,74	39,64	64,22	59,28	13,00	17,92
B-I Nordeste Oriental	12,70	12,34	23,12	20,72	12,26	16,34
B-II Nordeste Meridional	5,57	5,69	11,83	10,76	10,60	14,69
B-III Área Central	12,55	14,49	20,99	19,94	13,20	19,15
B-IV Extremo-Sul	6,98	7,12	8,28	7,86	17,64	22,78
C — Áreas de Transição	4,72	5,67	13,97	17,65	7,92	9,43
C-I Maranhão	0,77	0,71	3,63	4,42	5,14	5,00
C-II Espírito Santo	0,72	0,70	2,28	2,71	7,43	7,77
C-III Paraná	2,15	3,09	4,56	6,99	10,71	12,59
C-IV Santa Catarina	1,08	1,17	3,50	3,63	7,26	9,51
D — Áreas de Nôvo Povoamento	4,41	5,12	7,52	8,81	12,96	13,92
D-I Norte	3,24	2,95	3,62	3,90	18,48	19,76
D-II Centro Oeste	1,17	2,17	3,90	4,91	7,08	12,59

Em conseqüência, modificaram-se, não só os pesos demográficos relativos das diferentes regiões, como também a distribuição da população destas, entre a cidade e as áreas rurais, como mostra o quadro da página anterior.

Como se vê, de tôdas as áreas em que dividimos o país, foram as que denominamos "de transição" — que, no último período intercensitário, viveram experiência similar à que ora vivem parcelas consideráveis das áreas de novo povoamento — aquelas onde menos intensamente se fez sentir o fenômeno da urbanização. É certo que o peso dessas áreas na população urbana nacional cresceu, mas em muito menor medida do que ocorreu no tocante à po-

pulação rural e à população total. No caso específico do Maranhão — a última das áreas de transição a reativar o seu quadro demográfico — caíram mesmo, não somente o peso da população urbana no quadro nacional, como o próprio índice de urbanização. Idêntico comportamento pode ser observado nas áreas de novo povoamento como um conjunto — inclusive na região Centro-Oeste, se excluirmos o caso especial da nova capital, como é mister. As diferentes taxas de variação das populações urbana e rural, área por área e de cada uma delas, comparativamente às taxas nacionais, são responsáveis por esses resultados, como se pode ver pelo quadro seguinte:

QUADRO VI — TAXAS DECENAIS DE VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO

(1 + i)

Discriminação	1950 = 1,000			Nacional = 1,000		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
BRASIL	1,366	1,657	1,292	1,000	1,000	1,000
A — Centro Dinâmico	1,414	1,546	1,290	1,035	0,933	0,998
A-I Guanabara	1,391	1,380	2,014	1,018	0,833	1,558
A-II São Paulo	1,420	1,655	1,285	1,039	1,005	0,995
B — Áreas Passivas de Antigo Povoamento	1,262	1,740	1,191	0,924	1,050	0,922
B-I Nordeste Oriental	1,203	1,611	1,152	0,884	0,972	0,892
B-II Nordeste Meridional	1,232	1,709	1,176	0,902	1,031	0,910
B-III Área Central	1,318	1,913	1,228	0,965	1,154	0,959
B-IV Extremo-Sul	1,308	1,689	1,227	0,957	1,019	0,950
C — Áreas de Transição	1,670	1,990	1,643	1,222	1,201	1,272
C-I Maranhão	1,573	1,531	1,576	1,152	0,924	1,220
C-II Espírito Santo	1,540	1,610	1,534	1,127	0,972	1,187
C-III Paraná	2,022	2,377	1,980	1,480	1,434	1,532
C-IV Santa Catarina	1,376	1,801	1,342	1,007	1,087	1,039
D — Áreas de Novo Povoamento	1,566	1,924	1,513	1,146	1,161	0,899
D-I Norte	1,410	1,508	1,388	1,032	0,910	1,074
D-II Centro Oeste	1,731	3,070	1,628	1,267	1,853	1,260

MAGNITUDE DOS FLUXOS INTER-REGIONAIS

Se admitirmos, simplificativamente, que o crescimento demográfico vegetativo foi idêntico para tôdas as áreas estudadas e,

numa primeira aproximação, consideramos, como se crescimento vegetativo fôsse, a contribuição representada pela imigração estrangeira — de resto irrelevante, visto como entraram, no decênio, apenas 588.083

peças, isto é, 2,8 por cento do incremento bruto da população do país — poderemos, na ausência de uma mensuração censitária, formar uma idéia razoável dos deslocamentos inter-regionais, no sentido aqui usado. Bastará, para isso, comparar a variação observada da população em cada área, com a que teria resultado de um crescimento igual à média nacional (População teórica = População de 1950 x 1,366). Trata-se, como

é fácil de ver, de uma avaliação grosseira, considerando que nada nos autoriza a supor tal identidade de taxa vegetativa de crescimento entre cidade e campo, áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas, áreas de emigração e de imigração. A consideração desses fatores levaria, muito provavelmente, a um aumento de fluxo inter-regional aqui admitido. Feitas essas ressalvas, teremos:

QUADRO VII — TRANSFERÊNCIAS INTER-REGIONAIS DE POPULAÇÃO — 1950-1960

Discriminação	População observada		População Teórica 1960	Imigração	Emigração
	1950	1960			
BRASIL	51.944,4	70.967,2	70.967,2	—	—
A — Centro Dinâmico	11.511,9	16.281,9	15.727,7	554,2	—
A-I Guanabara	2.377,5	3.307,2	3.248,2	59,0	—
A-II São Paulo	9.134,4	12.974,7	12.479,5	495,2	—
B — Áreas Passivas de Antigo Povoamento	30.570,0	38.587,2	41.765,2	—	3.178,0
B-I Nordeste Oriental	10.911,2	13.185,9	14.907,1	—	1.721,2
B-II Nordeste Meridional	5.478,9	6.750,9	7.485,4	—	734,5
B-III Área Central	10.015,0	13.201,6	13.682,7	—	481,1
B-IV Extremo-Sul	4.164,9	5.448,8	5.690,0	—	241,2
C — Áreas de Transição	6.280,9	10.489,8	8.581,1	1.908,6	—
C-I Maranhão	1.583,3	2.492,1	2.163,1	329,0	—
C-II Espírito Santo	1.021,6	1.573,0	1.395,7	177,2	—
C-III Paraná	2.115,5	4.277,8	2.890,3	1.387,5	—
C-IV Santa Catarina	1.560,5	2.146,9	2.132,0	14,9	—
D — Áreas de Novo Povoamento	3.581,6	5.608,4	4.893,2	715,0	—
D-I Norte	1.844,6	2.601,5	2.520,1	81,4	—
D-II Centro Oeste	1.737,0	3.006,9	2.373,1	633,8	—
TOTAIS				3.178,0	3.178,0

O exame dos três últimos quadros sugere que, enquanto algumas áreas fizeram sua urbanização à custa da imigração oriunda de outras, nestas últimas o setor rural foi submetido a um duplo dreno: para as próprias cidades e para outras áreas. Ora, tanto a drenagem, como a absorção de recursos humanos, constituem fatos sócio-econômicos complexos, pressupondo determinadas condições e, por sua vez, modificando o clima econômico, social e político

pré-existente nas áreas interessadas. Entretanto, antes de abordarmos esse espinhoso problema, tentemos medir aproximadamente os movimentos que interessam à população rural no último período intercensitário, como ponto de partida para a extrapolação de tendências subjacentes aos fatos que têm abalado a estrutura sócio-econômica brasileira no presente decênio, com especial atenção para o balanço inter-regional — pelo menos tão importante, para o en-

QUADRO VIII — MUDANÇAS OBSERVADAS NA POPULAÇÃO RURAL
1950-1960

Discriminação	População — 1960		Diferença (a-b) (c)	Mov. Inter- regional Q. VII-1 (d)	Mov. Urba- nização (c-d) (e)	100c — b (f)
	Observada (a)	Teórica (b)				
BRASIL	53.519,1	56.577,9	—3.058,8	—	3.058,8	— 5,41
A — Centro Dinâmico	7.632,0	8.082,3	— 450,3	554,2	1.004,5	— 5,57
A-I Guanabara	83,8	56,8	27,0	59,0	32,0	47,53
A-II São Paulo	7.548,2	8.025,5	— 477,3	495,2	972,5	— 5,95
B — Áreas Passivas de Antigo Povoamento	31.671,3	36.334,8	—4.663,5	—3.178,0	1.485,5	—12,83
B-I Nordeste Oriental	11.031,7	13.079,9	—2.048,2	—1.721,2	327,1	—15,66
B-II Nordeste Meridional	5.759,0	6.692,2	— 933,2	— 734,5	198,7	—13,94
B-III Área Central	10.673,2	11.876,6	—1.203,4	— 481,1	722,2	—10,13
B-IV Extremo-Sul	4.207,4	4.686,1	— 478,7	— 241,2	237,5	—10,22
C — Áreas de Transição	9.500,2	7.901,7	1.598,5	1.908,6	310,1	20,23
C-I Maranhão	2.367,5	2.051,9	315,6	329,0	13,4	14,38
C-II Espírito Santo	1.450,8	1.292,0	158,8	177,2	18,4	12,29
C-III Paraná	3.739,1	2.580,6	1.158,5	1.387,5	229,0	44,89
C-IV Santa Catarina	1.942,8	1.977,2	— 34,4	14,9	49,3	— 1,74
D — Áreas de Novo Povoamento	4.715,7	4.259,3	456,4	715,2	258,8	10,71
D-I Norte	2.087,5	2.054,4	33,1	81,4	48,3	1,61
D-II Centro-Oeste	2.628,2	2.204,9	423,3	633,8	210,5	19,19

NB — V qq. IV e VII

tendimento da realidade brasileira, como o balanço inter-setorial, relativamente mais bem estudado (Quadro VIII).

COMPORTAMENTO DA POPULAÇÃO ATIVA

Como primeiro indicador das mudanças sócio-econômicas que acompanharam, no passado decênio, e, seguramente, estão acompanhando ainda, êsse multiforme movimento de redistribuição do acervo populacional do país, tentemos medir, ainda que muito grosseiramente, a evolução da população ativa, como percentagem da população total, no país e em suas regiões e áreas constitutivas. Devemos ter em vista que o exame dos dados que seguem será estéril, se não tomarmos em consideração, em primeiro lugar, que, como conseqüência da elevação da taxa de crescimento populacional, relativamente ao decênio anterior, é provável que tenha aumentado sensivelmente o peso dos grupos etários ainda não aptos para a atividade econômica. Em segundo lugar, que por força das mudanças sócio-econômicas em curso, o número de titulares à remuneração pelo trabalho cresce, até certo ponto, sem relação com a população materialmente ativa — a exemplo dos menores que antes trabalhavam no seio da economia familiar, sem fazerem jus a remuneração alguma e, portanto, excluídos da relação de pessoas economicamente ativas, mas que entram, agora, a fazer parte dos contingentes de pessoas empregadas remuneradamente.

Vimos antes (Quadro V) que a população foi redistribuída entre campo e cidade, passando a aumentar, em tôdas as regiões, a percentagem da população urbana sobre a população total (índice de urbanização). Ora, sabendo-se que, como regra geral, os grupos etariamente aptos para a atividade econômica costumam contribuir com percentagens maiores para os contingentes migrantes, do que seu peso sobre a população total, seria de esperar que a mão-de-obra empregada na agricultura declinasse mais ativamente do que a população rural em relação à população total. O mesmo fato deveria ocorrer também no que diz respeito à mão-de-obra das áreas de emigração (básicamente as "Áreas Passivas de Antigo Povoamento — Grupo B"). Ora, não obstante a precariedade dos dados que con-

seguimos coligir, tais expectativas não correspondem aos resultados efetivamente alcançados, como se pode verificar pelos dados do Quadro IX.

Claro deve estar que os seus dados não podem ser entendidos como representativos de toda a população ativa do país, visto como ficam excluídos grupos importantes de trabalhadores ativos, a começar pelos empregados no serviço de governo e no de transporte. Não obstante, dado o peso relativamente estável dos contingentes recenseados na mão-de-obra total e o caráter economicamente estratégico das atividades correspondentes, as variações indicadas guardam muito de sua representatividade. Resumidamente, a informação que êste quadro veicula é que, nas condições de um índice de emprêgo relativamente constante para o total do país (aumento relativo de apenas 2 por cento em todo o decênio [$f:e = 1,020$]), o comportamento das regiões, tais como as ordenamos, isto é, à vista do seu comportamento meramente demográfico, estêve longe de ser uniforme. Assim é que o índice de emprêgo dos estados constitutivos do "Centro Dinâmico" declinou acentuadamente ($f:e = 0,849$), não só — e em especial — na Guanabara (0,728), mas mesmo em São Paulo (0,864). O comportamento das "Áreas Passivas de Antigo Povoamento" foi contraditório — elevando-se o índice de emprêgo em todo o Nordeste (B-I e B-II), de 26,75 por cento para 30,58 por cento ($f:e = 1,143$) e declinando nas áreas Central e Extremo-Sul de 24,93 para 21,64 ($f:e = 0,868$), na primeira, e de 30,72 para 27,98 ($f:e = 0,911$) na segunda. Nas áreas de transição, o mesmo índice elevou-se enérgicamente (salvo no Estado do Espírito Santo, que se comportou aproximadamente do mesmo modo que a vizinha Área Central MG e RJ). A elevação mais notável no índice de emprêgo registrou-se no Maranhão ($f:e = 1,561$ — de 24,89 a 38,86 por cento da população total), seguindo-se o Paraná ($f:e = 1,217$ — de 27,53 a 33,26 por cento da mesma população), enquanto o maior declínio tinha lugar na Guanabara ($f:e = 0,728$ — de 13,65 a 9,94). Quanto às áreas de novo povoamento, assistiram a uma elevação mais modesta do índice de emprêgo que a registrada nas Áreas de Transição.

QUADRO IX — MOVIMENTO DA POPULAÇÃO ATIVA (*)

Discriminação	População Total		Mão-de-obra		Índice de Emprego	
	1950 (a)	1960 (b)	1950 (c)	1960 (d)	1950 (e)	1960 (f)
BRASIL	51.944,4	70.967,2	13.320,8	18.558,0	25,64	26,15
A — Centro Dinâmico	11.511,9	16.281,9	2.629,1	3.157,4	22,84	19,39
A-I Guanabara	2.377,5	3.307,2	324,6	328,8	13,65	9,94
A-II São Paulo	9.134,4	12.974,7	2.304,5	2.828,6	25,23	21,80
B — Áreas Passivas de Antigo Povoamento	30.570,0	38.587,2	8.161,4	10.477,3	26,70	27,15
B-I Nordeste Oriental	10.911,2	13.185,9	2.824,0	3.926,5	25,88	29,78
B-II Nordeste Meridional	5.478,9	6.750,9	1.560,9	2.170,1	28,49	32,15
B-III Área Central	10.015,0	13.201,6	2.497,1	2.856,2	24,93	21,64
B-IV Extremo-Sul	4.164,9	5.448,8	1.279,4	1.524,5	30,72	27,98
C — Áreas de Transição	6.280,9	10.489,8	1.745,8	3.596,5	27,80	34,29
C-I Maranhão	1.583,3	2.492,1	394,1	968,5	24,89	38,86
C-II Espírito Santo	1.021,6	1.573,0	328,4	478,4	32,15	30,41
C-III Paraná	2.115,5	4.277,8	578,1	1.423,0	27,33	33,26
C-IV Santa Catarina	1.560,5	2.146,9	445,2	726,6	28,53	33,84
D — Áreas de Nôvo Povoamento	3.581,6	5.608,4	784,5	1.326,8	21,90	23,66
D-I Norte	1.844,6	2.601,5	374,1	596,5	20,28	22,91
D-II Centro-Oeste	1.737,0	3.006,9	410,4	730,3	23,63	24,30

(*) Censos IBGE — 1950 e 1960: Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços (exclusive Governo, Transportes, etc.).

O caráter incompleto e, em certa medida, inseguro, dos dados acima reunidos, deve bastar para pôr de parte qualquer ambição de tirar desses quadros conclusões definitivas. Não obstante, as mudanças acima quantificadas são por demais importantes para que não se reconheçam, através delas, movimentos econômicos e sociais profundos, associados ao processo de redistribuição do estoque nacional de população e, como função desta, da mão-de-obra. Uma primeira hipótese se configurou, a saber, que o estoque nacional de mão-de-obra estivesse antes, e continuasse, em regime de subemprego, de desemprego parcial mais ou menos crônico, e de desemprego sazonal, com a circunstância de que, na data do primeiro Censo considerado (1950) esse desemprego surgiria basicamente como um fenômeno rural, ao passo que, ao findar o decênio, o desemprego rural teria declinado consideravelmente, transferindo-se o excedente conjuntural de mão-de-obra para os centros urbanos.

Ora, não obstante a precariedade do material informativo coligido, essa hipótese podia ser verificada, desde que os dados do Quadro IX fôssem analisados, de tal modo que, em vez de compararmos a mão-de-obra total empregada com a população total do país e das diferentes áreas, procedêssemos à comparação da população rural com a mão-de-obra agrícola e da população urbana com a mão-de-obra registrada pelos censos da indústria, dos serviços e do comércio, separadamente. O Quadro X compara a mão-de-obra agrícola com a população rural, definida, esta, como nos Quadros IV e V, como a diferença entre a população total e a população dos cem maiores núcleos, segundo o Censo de 1960.

Inicialmente, cumpre ressaltar a enérgica elevação do índice de emprego rural, dado que o índice global de emprego permaneceu virtualmente constante. Com efeito, como o mostra o Quadro IX, o índice global de emprego cresceu apenas 2 por cento (25,64 por cento no início e 26,15 por cento no fim do período — f:e = 1,020), enquanto o índice de emprego rural passava de 26,55 por cento da população rural, para 29,00 por cento (f:e = 1,092). Não é fácil tirar conclusões definitivas desse movimento, visto como dois mo-

vimentos subjacentes se contrariam mutuamente, para levar a êsse resultado: em primeiro lugar, como já foi assinalado, o emprego aparente tende a aumentar, à medida que mão-de-obra (sobretudo feminina e juvenil) antes aplicada no quadro familiar, sem remuneração formal que a qualificasse como economicamente "ativa", passa a ser aplicada fora do quadro familiar, fato êsse que tenderia a exagerar o movimento real de aumento da mão-de-obra agrícola; em segundo lugar, nessa população em via de incorporação à economia de mercado e, em grande parte, ao salariado, a percentagem de mão-de-obra etariamente em condições de trabalhar, tende a declinar, pelo efeito cumulativo da elevação da taxa de crescimento demográfico e da erosão causada pela emigração, para outras áreas e para as cidades das mesmas áreas. Não é fácil mensurar êsses movimentos, como já foi observado, mas a circunstância de que o índice de emprego se eleva em certos pontos do sistema, enquanto declina em outros, parece confirmar nossa hipótese de que, com a redistribuição do estoque demográfico esteja em curso também a redistribuição do desemprego persistente do sistema — fato êste carregado de significação econômica, social e política. O Quadro XI demonstra como se comportou o emprego urbano.

Em sua forma mais sintética, as informações contidas nos Quadros IX, X e XI podem ser ordenadas num quadro único, apresentando o quociente dos índices de emprego de 1960 pelos de 1950 (colunas "f" e "e") em todos os quadros aludidos. Com efeito, f:e, em nossa sistemática, serve para indicar se houve tendência à elevação do índice de emprego e onde (setorial e regionalmente), isso teve lugar. Tornar-se-á, assim, mais fácil discutir os grandes movimentos do estoque nacional de mão-de-obra, subjacentes a tôdas as amplas e profundas mudanças sócio-econômicas em curso — na medida em que os censos feitos retratem válidamente ditos movimentos, como no Quadro XII.

MIGRAÇÃO DA SUPERPOPULAÇÃO

Em tôdas as áreas periféricas do sistema — "B", "C" e "D" — assistimos a uma elevação enérgica do índice de emprego

QUADRO X – MOVIMENTO DA POPULAÇÃO ATIVA RURAL

Discriminação	População Rural		M.O. Agrícola		Índice de emprêgo	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)
BRASIL	41.412,6	53.519,1	10.996,8	15.521,7	26,55	29,00
A — Centro Dinâmico	5.915,9	7.632,0	1.548,2	1.702,0	26,17	22,30
A-I Guanabara	41,6	83,8	16,5	18,9	39,66	22,55
A-II São Paulo	5.874,3	7.548,2	1.531,7	1.683,1	26,08	22,30
B — Áreas Passivas de Antigo Povoamento	26.595,4	31.671,3	7.183,1	9.332,2	27,01	29,47
B-I Nordeste Oriental	9.573,8	11.031,7	2.528,8	3.636,1	26,41	32,96
B-II Nordeste Meridional	4.898,4	5.759,0	1.437,5	2.013,0	29,35	34,95
B-III Área Central	8.693,2	10.673,2	2.145,4	2.405,7	24,68	22,54
B-IV Extremo-Sul	3.430,0	4.207,4	1.071,4	1.277,4	31,24	30,36
C — Áreas de Transição	5.783,7	9.500,2	1.553,4	3.271,4	26,86	34,44
C-I Maranhão	1.501,9	2.367,5	368,6	928,8	24,54	39,23
C-II Espírito Santo	945,7	1.450,8	306,3	445,7	32,39	30,72
C-III Paraná	1.888,9	3.739,1	507,6	1.276,9	26,87	34,15
C-IV Santa Catarina	1.447,2	1.942,8	370,9	620,0	25,63	31,91
D — Áreas de Nôvo Povoamento	3.117,6	4.715,7	712,1	1.216,1	22,84	25,79
D-I Norte	1.503,7	2.087,5	326,5	536,6	21,71	25,71
D-II Centro-Oeste	1.613,9	2.628,2	385,6	679,5	23,89	25,85

QUADRO XI – MOVIMENTO DA POPULAÇÃO ATIVA URBANA (*)

Discriminação	População Urbana		M. O. Urbana		Índice de emprêgo	
	1950 (a)	1960 (b)	1950 (c)	1960 (d)	1950 (e)	1960 (f)
BRASIL	10.531,8	17.448,1	2.324,0	3.036,3	22,08	17,40
A — Centro Dinâmico	5.596,0	8.649,9	1.080,9	1.455,4	19,34	16,83
A-I Guanabara	2.335,9	3.223,4	308,1	310,9	13,19	9,65
A-II São Paulo	3.260,1	5.426,5	772,8	1.144,5	23,70	21,11
B — Áreas Passivas de Antigo Povoamento	3.974,6	6.915,9	978,3	1.145,1	24,50	16,56
B-I Nordeste Oriental	1.337,4	2.154,1	295,2	290,4	22,07	13,48
B-II Nordeste Meridional	580,5	991,9	123,4	157,1	21,26	15,84
B-III Área Central	1.321,8	2.528,5	351,7	450,5	26,61	17,82
B-IV Extremo-Sul	734,9	1.241,4	208,0	247,1	28,30	19,90
C — Áreas de Transição	497,2	989,6	192,4	325,1	38,69	32,85
C-I Maranhão	81,4	124,6	25,5	39,7	31,33	31,85
C-II Espírito Santo	75,9	122,2	22,1	32,7	29,12	26,76
C-III Paraná	226,6	538,7	70,5	146,1	31,11	27,12
C-IV Santa Catarina	113,3	204,1	74,3	106,6	65,58	52,23
D — Áreas de Nôvo Povoamento	464,0	892,7	72,4	110,7	15,60	12,40
D-I Norte	340,9	514,0	47,6	59,5	13,96	11,58
D-II Centro-Oeste	123,1	378,7	24,8	51,2	20,15	13,51

(*) Indústria, Comércio e Serviços.

QUADRO XII – MOVIMENTOS SETORIAIS E REGIONAIS DA
MÃO-DE-OBRA (f.e)

Discriminação	Mão-de-obra Total	Mão-de-obra Urbana				Mão-de-obra Agrícola
		Total	Industrial	Comercial	Serviços	
BRASIL	1,020	0,788	0,776	0,827	0,754	1,092
A — Centro Dinâmico	0,849	0,870	0,907	0,866	0,752	0,852
A-I Guanabara	0,728	0,732	0,765	0,747	0,633	0,569
A-II São Paulo	0,864	0,891	0,900	0,921	0,800	0,855
B — Áreas Passivas de Antigo Povoamento	1,017	0,676	0,613	0,752	0,706	1,091
B-I Nordeste Oriental	1,151	0,611	0,488	0,761	0,691	1,248
B-II Nordeste Meridional	1,128	0,745	0,636	0,829	0,773	1,191
B-III Área Central	0,868	0,670	0,647	0,718	0,656	0,913
B-IV Extremo-Sul	0,911	0,703	0,697	0,742	0,646	0,972
C — Áreas de Transição	1,233	0,849	0,801	0,883	0,917	1,262
C-I Maranhão	1,561	1,017	0,979	1,085	0,891	1,599
C-II Espírito Santo	0,946	0,919	0,764	0,956	1,064	0,948
C-III Paraná	1,217	0,872	0,850	0,876	0,910	1,271
C-IV Santa Catarina	1,186	0,796	0,766	0,833	0,870	1,245
D — Áreas de Nôvo Povoamento	1,080	0,795	0,792	0,772	0,873	1,129
D-I Norte	1,130	0,830	0,835	0,822	0,849	1,184
D-II Centro-Oeste	1,028	0,670	0,689	0,661	0,670	1,082
D-II (excl. Brasília)	—	—	1,102	—	—	—

agrícola, a ponto de compensar o declínio do mesmo índice no centro dinâmico e ainda assegurar a elevação do índice nacional em quase 10 por cento. Se admitirmos que o setor agrícola operava, no início do período, com uma ponderável superpopulação rural — vale dizer nas condições de uma crise agrária que tinha no excedente da mão-de-obra precisamente uma de suas expressões mais evidentes — então será preciso admitir, também, que essa superpopulação deslocou-se, durante o período estudado, para buscar nova expressão, em termos de excesso urbano de mão-de-obra. Noutros termos, as cidades receberam, muito provavelmente, um afluxo de população que não correspondia a sua demanda de mão-de-obra, criando, por certo, a possibilidade de novo surto de industrialização — mas somente a possibilidade, dado que a disponibilidade de mão-de-obra não constituiu condição suficiente para suscitar tal surto. Ao contrário, o excesso de mão-de-obra resultante do êxodo rural tende a exercer efeito depressivo sobre o sistema, na medida em que pode desencorajar os investimentos — não raro destinados a poupar mão-de-obra — e em que sobrecarrega a economia com o peso morto de um desemprego que, por ser dissimulado, nem por isso é menos real.

Não é este o momento para discutir esses fatos. Por enquanto basta tirar os corolários dessa tendência do mecanismo de realocação do estoque nacional de mão-de-obra — vale dizer, também, da margem nacional de desemprego — que mais interessam ao objeto do nosso estudo, a saber, o balanço inter-regional. Com efeito, a transferência de parcela ponderável do desemprego do campo para a cidade não é apenas um processo que se esgote no balanço cidade-campo, visto como interessa também o balanço inter-regional, na medida em que as regiões mais avançadas têm na cidade a tônica de sua atividade econômica, ao passo que as regiões mais atrasadas a têm na agricultura. Nessas condições, não seria de surpreender que o processo descrito de redistribuição da população e do emprego encontrasse expressão igualmente no comportamento da renda regional — absoluta e

per capita. Noutros termos, numa época como a do passado decênio, em que, como já foi observado, a nação tomava consciência da maneira perversa como o desenvolvimento se vinha distribuindo entre as diversas regiões do país, elevando-se enérgicamente a renda por habitante de algumas áreas, enquanto, pelo menos em termos relativos, declinava dita renda noutras áreas, eis que as posições se trocam, acelerando-se o desenvolvimento das áreas retardatárias, enquanto a dianteira das áreas de vanguarda começava a reduzir-se.

Ora, a solidariedade das regiões constitutivas de uma economia nacional territorialmente gigantesca, como a brasileira, não pode assentar na expectativa irrealizável de um desenvolvimento que alcance todas as áreas com a mesma, ou sequer aproximada intensidade. A desigualdade do desenvolvimento tem profundas raízes tecnológicas e econômicas, geográficas e históricas, e seria ingenuamente utópico pretender que o desenvolvimento, que, predominantemente, continua a ser um processo espontâneo e protoconsciente, possa ser condicionado ao atendimento de tal exigência de igualdade. A condição necessária, e que deve bastar, para a integração nacional das regiões constitutivas da economia nacional, está na certeza ou, pelo menos, na razoável expectativa de que o desenvolvimento, onde quer que ocorra, estará aberto a todos os cidadãos, na medida em que estes se decidam a migrar, como de fato têm migrado, e em que essa migração, longe de constituir um fator depressivo para as áreas de emigração, possa emergir como causa da reativação econômica dessas mesmas áreas, isto é, na medida em que a retirada da mão-de-obra excedente atue como medida de saneamento do mercado de trabalho, com efeitos profundos sobre a função básica de produção da economia regional e, por meio desta, não apenas sobre todos os aspectos da vida social e política das regiões interessadas, mas, também, de todo o país.

Nem sempre, é certo, o balanço cidade-campo encontra expressão em termos de balanço inter-regional. Com efeito, parte

importante do processo de realocação do estoque nacional de mão-de-obra tem lugar no interior de cada região, como tentativamente ficou quantificado no Quadro VIII. Como caso extremo, tivemos, no passado decênio intercensitário, o Nordeste Oriental, onde, não obstante haver a população urbana crescido consideravelmente (61,1 por cento) a mão-de-obra empregada na indústria, no comércio e nos serviços, tal como o censo a definiu, não apenas não cresceu a ritmo comparável como declinou, em termos absolutos (de 295,5 mil para 290,4 mil), no mesmo decênio. Isto, entretanto, não impediu que o índice de emprego aumentasse (de 25,88 a 29,78 por cento da população total), como resultado da extraordinária elevação do número de empregos agrícolas (de 26,41 a 32,96 por cento da população rural). Em tais casos, os movimentos da renda regional, *per capita* e absoluta, ficam parcialmente mascarados, quando fazemos a comparação em termos inter-regionais, como seremos obrigados a fazer, para conformarmos-nos com o fato de que nossa contabilidade social torna mais fácil a mensuração de renda, em termos de unidade federada, por unidade federada. Fique, entretanto, o lembrete, para quando for possível retomar o assunto do presente estudo.

Outro fato a considerar é que a mudança nas tendências que, até aqui, buscamos definir pelo uso das informações supridas pelos dois últimos censos, de 1950 e de 1960 — muito provavelmente não coincidiu com qualquer dessas datas. Aparentemente, teve lugar para fins do primeiro lustro, a julgar pelos movimentos registrados pela contabilidade social, como logo veremos, em termos de renda interna regional, absoluta e *per capita*. Assim, além da precariedade dos próprios dados usados, do fato de que se referem a unidades federadas inteiras (as quais só excepcionalmente podem coincidir, espacial e temporalmente, com a funcionalidade definida neste estudo) e da circunstância de que os movimentos de ba-

lanço cidade-campo interferem e, por vészes, perturbam o levantamento do balanço inter-regional, temos um fator adicional grave de perturbação, na não coincidência dos levantamentos censitários utilizados com a mudança das tendências inter-regionais e inter-setoriais básicas.

A DEMOGRAFIA E A RENDA

É um sério inconveniente o fato de sermos forçados a proceder a uma interpolação para compor um quadro da distribuição regional da população, no ano médio do período intercensitário, isto é, 1955, para pôr em evidência as mudanças no comportamento econômico regional a que antes aludimos. Não pudemos utilizar as estimativas do IBGE, feitas anualmente, ao longo do período intercensitário, porque ditas estimativas assentavam na extrapolação das taxas de crescimento demográfico observadas no anterior período (1940-1950). Ora, o censo de 1960 viria invalidar tais estimativas, indicando novas taxas de crescimento, tanto a nacional, como regionais. Assim, a interpolação, aplicando as novas taxas, emerge como única saída possível. Entretanto, se considerarmos que o processo de redistribuição da população, mensurado nos itens anteriores, está muito longe de ser independente das mudanças econômicas (emprego, renda), com as quais é mister compará-las, o uso do recurso que vamos aplicar deve ser aceito com reservas que, não obstante, não devem bastar para inquinar de inutilidade a tentativa empreendida.

O quadro que segue ordena os movimentos da Renda Interna, para o país e para as divisões regionais usadas ao longo deste estudo, em termos de cruzeiros correntes e de cruzeiros constantes, do poder aquisitivo de 1960, para o que foi usado o deflator (melhor dito, o "inflator", i.e., a recíproca do primeiro) implícito do Produto Nacional da Fundação Getúlio Vargas, a saber: 5,401, para 1950-55 e 2,601, para 1955-60.

QUADRO XIII – RENDA INTERNA REGIONAL ABSOLUTA

Discriminação	Cruzeiros Correntes		Cruzeiros Constantes (1960)		
	1950	1955	1950	1955	1960
BRASIL	220.246	591.290	1.189.548	1.537.945	1.918.502
A — Centro Dinâmico	103.857	276.467	560.932	719.091	875.442
A-I Guanabara	32.752	82.223	176.894	213.862	257.837
A-II São Paulo	71.105	194.244	384.038	505.229	617.605
B — Áreas Passivas de Antigo Povoamento	86.413	224.834	466.743	584.703	729.077
B I NE Oriental	22.574	48.586	121.922	126.372	180.798
B II NE Meridional	11.211	28.085	60.551	73.049	109.481
B III Área Central	33.385	90.320	180.312	234.922	272.690
B IV Extremo-Sul	19.248	57.843	103.958	150.450	175.198
C — Áreas de Transição	20.714	62.565	111.876	162.731	223.868
C-I Maranhão	2.224	5.584	12.012	14.524	22.962
C-II Espírito Santo	2.800	7.480	15.123	19.455	20.546
C-III Paraná	10.283	33.450	55.538	87.603	126.841
C-IV Santa Catarina	5.407	16.051	29.203	41.749	51.519
D — Áreas de Nôvo Povoamento	9.257	27.424	49.997	71.330	90.115
D-I Reg. Norte	4.961	11.802	26.794	30.597	42.515
D-II Reg. Centro-Oeste	4.296	15.622	23.203	40.633	47.390

QUADRO XIV – RENDA INTERNA REGIONAL REAL PER CAPITA

Discriminação	Cruzeiros Constantes (1960)			População 1955 (mil hab)
	1950	1955	1960	
BRASIL	22.900	25.364	27.001	60.634,9
A — Centro Dinâmico	48.726	52.454	53.768	13.708,9
A-I Guanabara	74.403	76.161	77.962	2.808,0
A-II São Paulo	42.042	46.347	47.600	10.900,9
B — Áreas Passiva de Antigo Povoamento	15.268	17.004	18.894	34.390,9
B I NE Oriental	11.174	10.521	13.711	12.011,2
B II NE Meridional	11.051	11.995	15.525	6.090,0
B III Área Central	18.004	20.394	20.656	11.519,2
B IV Extremo-Sul	24.961	31.539	32.137	4.770,3
C — Áreas de Transição	17.812	20.021	21.151	8.127,8
C-I Maranhão	7.587	7.280	9.213	1.995,0
C-II Espírito Santo	14.803	15.280	13.062	1.273,2
C-III Paraná	26.253	28.796	29.651	3.021,3
C-IV Santa Catarina	18.714	22.711	23.997	1.838,3
D — Áreas de Nôvo Povoamento	13.959	15.895	16.068	4.487,7
D-I Reg. Norte	14.526	13.977	16.266	2.196,2
D-II Reg. Centro-Oeste	13.358	17.732	15.897	2.291,5

Considerando que o período coberto foi rico em mudanças no quadro demográfico inter-regional, o verdadeiro sentido das mudanças no quadro econômico inter-regional mais facilmente se deixará apreender em termos de renda por habitante, ou *per capita*, do que em termos de renda absoluta regional. Assim, com a ressalva já feita quanto à distribuição da população no ano médio (1955), obtida por interpolação, pelo emprêgo da taxa geométrica de expansão, no decênio, teremos os dados constantes do Quadro XIV.

Tal quadro permite perceber pelo menos alguns dos movimentos mais importantes no quadro econômico inter-regional que, no anterior, ficavam mascarados pelos concomitantes movimentos demográficos. Assim, embora a renda regional tivesse experimentado crescimento real, se bem que débil, entre 1950 e 1955 (Quadro

XIII), no Nordeste Oriental, no Maranhão e em tôda região fisiográfica do Norte, a renda regional *per capita* (Quadro XIV) revela importante declínio, não sòmente em termos comparativos com as das demais áreas e com o país como um todo, como em termos absolutos. Entretanto, em tôdas essas áreas, aquêlo movimento seria invertido no curso do lustro seguinte, de tal maneira que em tôdas as áreas estudadas aqui, com a única exceção do Espírito Santo, a renda regional por habitante seria, no fim do decênio, superior à do início. Esses movimentos ficarão mais evidentes se passarmos a trabalhar com números índices, estabelecendo duas ordens de comparações: a) — pesos das diferentes áreas na formação da Renda Interna do País; b) — magnitude da renda regional por habitante, tomando-se como base a média nacional. Essas duas séries de comparações acham-se reunidas para compor o seguinte:

QUADRO XV — RENDA INTERNA — REGIONAL E *PER CAPITA* COMPARADA

Discriminação	Pêso Regional Brasil = 100,0			Renda Per Capita Brasil = 1,000		
	1950	1955	1960	1950	1955	1960
A — Centro Dinâmico	47,16	46,76	45,68	2,341	2,068	1,991
A-I Guanabara	14,88	13,91	12,41	3,574	3,003	2,887
A-II São Paulo	32,28	32,85	32,23	2,019	1,827	1,763
B — Áreas Passivas de Antigo Povoamento	39,24	38,02	38,04	0,734	0,670	0,700
B-I Nordeste Oriental	10,25	8,21	9,43	0,537	0,415	0,508
B-II Nordeste Meridional	5,09	4,75	5,24	0,531	0,472	0,575
B-III Área Central	15,16	15,28	14,23	0,865	0,804	0,765
B-IV Extremo-Sul	8,74	9,78	9,14	1,199	1,243	1,190
C — Áreas de Transição	9,40	10,58	11,58	0,856	0,789	0,783
C-I Maranhão	1,01	0,94	1,20	0,364	0,287	0,341
C-II Espírito Santo	1,27	1,27	1,07	0,711	0,602	0,484
C-III Paraná	4,67	5,66	6,62	1,261	1,135	1,098
C-IV Santa Catarina	2,45	2,71	2,69	0,899	0,895	0,889
D — Áreas de Nôvo Povoamento	4,20	4,64	4,70	0,671	0,627	0,595
D-I Norte	2,25	2,00	2,21	0,698	0,551	0,602
D-II Centro-Oeste	1,95	2,64	2,49	0,651	0,699	0,589

Os dados tabulados podem ser resumidos, quanto à sua significação, como segue:

- a) *O Centro Dinâmico*, cujo pêso econômico vinha crescendo ao longo dos períodos anteriores, especialmente durante as etapas iniciais da industrialização substituidora de importações, entrou a perder substância, em termos relativos, especialmente no que concerne à renda *per capita*, dado que esta região cresceu demograficamente mais que a média. Esse declínio foi mais forte na Guanabara do que em São Paulo, sugerindo que, mais que a uma perda regional de substância, dito movimento se deve ao comportamento da economia urbana, comparativamente à rural — como consequência do fato já apontado da transferência da margem de desemprego da mão-de-obra, do campo para a cidade.
- b) *As Áreas Passivas de Antigo Povoamento*, como conjunto, mantiveram seu pêso econômico ao longo do decênio, enquanto a renda *per capita* declinava um pouco no primeiro lustro, para reagir, no segundo. Entretanto, os movimentos mais importantes vamos encontrá-los ao estudar o comportamento dos subgrupos: o pêso econômico do Nordeste — Oriental e Meridional — declinou fortemente no primeiro quinquênio, para reerguer-se, com vigor maior ainda, no segundo. A evolução da renda *per capita* copia êsses movimentos, amortecendo-os, no primeiro quinquênio, e amplificando-os, no segundo. O comportamento do Extremo-Sul foi exatamente o oposto — crescendo o pêso econômico e a renda *per capita* relativa no primeiro quinquênio, e declinando no segundo. Quanto à Área Central, esteve perdendo substância ao longo do decênio, especialmente durante o segundo quinquênio.
- c) Quanto às *Áreas de Transição*, elevaram, como um conjunto, seu pêso econômico regional, se bem que nas

condições de uma renda *per capita* relativa declinante. Os casos mais marcantes foram os do Maranhão e do Paraná: o primeiro, perdendo substância no primeiro quinquênio, para recuperá-la, com sobras, no segundo, no que concerne ao pêso econômico relativo regional, e, no que concerne à renda *per capita* relativa, repetindo êsses movimentos, de forma amplificada, no primeiro, e de forma amenizada, no segundo quinquênio; no que diz respeito ao Paraná, o pêso econômico esteve em elevação durante todo o decênio embora nas condições de algum distanciamento da média nacional, quanto à renda *per capita*.

- d) Quanto às *Áreas de Novo Povoamento*, seu pêso esteve em elevação ao longo do decênio, se bem que nas condições de algum distanciamento da média nacional, no que concerne à renda *per capita*. O comportamento da região Norte foi semelhante ao do Nordeste Oriental e do Maranhão (perda no primeiro quinquênio e ganho no segundo), ao passo que a região Centro-Oeste foi semelhante ao da área do Extremo-Sul (ganho no primeiro e perda no segundo quinquênio).

A TOMADA DE CONSCIÊNCIA DO ATRASO

Talvez mereça maior destaque o comportamento do Nordeste (Oriental e Meridional), Maranhão e região Norte. Esta imensa parcela do Brasil (60,27 por cento da superfície e 35,27 por cento da população) sôbre constituir a parte mais atrasada do país, vinha experimentando um agravamento do seu atraso relativo. A tomada de consciência desse fenômeno, como já ficou assinalado, mas não é ocioso repetir, foi um dos fatos mais marcantes da evolução política do Brasil, no período estudado e, para isso, muito contribuíram os levantamentos da contabilidade social, pela primeira vez levados a cabo de forma algo sistemática. Êsse movimento de tomada de consciência do retardamento regional, relativo, mas, em certos casos, absoluto, amadureceu precisamente no curso do segundo

qüinqüênio do passado decênio. Em primeiro lugar, atuávamos sob a impressão de quadros de renda interna de alguns anos antes do tempo em que ditas regiões se deixavam distanciar pelas restantes e, em segundo, a extrapolação das taxas de crescimento demográfico do decênio anterior (menores que as verdadeiras para o país como um todo — 1,366: 1,260, mas não no que toca ao Nordeste — 1,208: 1,263) tendia a dramatizar aquêles resultados. Assim numa época em que o soerguimento econômico, certamente por caminhos não preconizados e até hoje mal conhecidos, mas indubitável, punha tôda a estrutura sócio-política em movimento, aquelas áreas reagiam como se seu estado de coisas fôsse o oposto, caracterizado pelo atraso progressivo e pela estagnação.

Êsse paradoxo, de uma região que, ao tempo em que estava realmente estagnada e deixando-se distanciar pelo resto do país e do mundo, não tinha consciência disso, antes tendendo a embelecer essa situação, formando de si mesma uma imagem poética — ora lírica, ora bucólica — mas que se torna brusca e dolorosamente consciente de sua situação passada, precisamente quando cessa a estagnação e todo o sistema sócio-econômico regional entra em comção, é um dos fatos mais interessantes a registrar. Urge acrescentar que o processo pôsto em marcha há cêrca de um decênio não dá mestras de se haver interrompido. Muito ao contrário, num momento em que, como o atual, a área central (tanto a “dinâmica” como a “passiva”) parece experimentar um retrocesso, não mais apenas relativo, como no período estudado, mas absoluto, a definição dêsse paradoxo muito pode contribuir para esclarecer os problemas pendentes.

A principal lição a tirar é que os problemas pendentes das regiões-problema, contrariamente a tudo o que era de hábito pensar, são problemas suscitados pelo crescimento, não pela estagnação: pelo processo de liquilação do atraso, não pelo atraso em si mesmo. Isto abriria novas e amplas avenidas no pensamento econômico, contribuindo para o encaminhamento da solução de numerosos problemas. Entre êsses problemas encontram-se os dos recursos para o desenvolvimento, até hoje for-

mulados linearmente, pela afirmação de uma relação causal direta. Ora, o problema dos recursos financeiros para o desenvolvimento não passa, afinal, de uma expressão superior do problema geral dos recursos.

O DESENVOLVIMENTO E OS RECURSOS

Os quadros apresentados no presente estudo, com tôdas as ressalvas que lhes possam ser opostas, demonstram que a correlação entre o desenvolvimento e o recursos não se manifesta por uma causação direta, segundo a fórmula consagrada do coeficiente de capital, ou sua recíproca, a razão capital:produto. Com efeito, embora nosso estudo se tenha cingido à redistribuição do estoque nacional de mão-de-obra, parece fora de dúvida que pode haver crescimento em áreas que estejam perdendo recursos — como no caso do Nordeste, durante o segundo qüinqüênio; inversamente, pode haver declínio em áreas que estejam recebendo recursos — como no caso do Centro Dinâmico e, de um modo geral, das áreas onde predomina a economia urbana. Finalmente, pode haver crescimento em áreas que estejam recebendo fortes influxos de recursos, como, no que concerne aos recursos de mão-de-obra, aconteceu com as áreas de transição, notadamente o Maranhão, o Paraná, e, até certo ponto, a região Centro-Oeste.

Estudos mais completos deveriam levar-nos a verificar se o capital tende a mover-se no mesmo sentido ou em contracorrente com a mão-de-obra. Trabalhamos na suposição de que, no caso estudado, os dois recursos movem-se em caminhos paralelos, embora ocasionalmente possa acontecer — ou mesmo tenha ocorrido, no período estudado — de outro modo. As dificuldades para a definição de oportunidades de investimento nas áreas de emigração, como no caso tipo do Nordeste, parecem confirmar essa suposição. Em tal caso, a causa do desenvolvimento poderia ser mais bem servida por um mecanismo de captação dos excessos de capital das regiões-problema, do que por uma canalização para as mesmas de recursos levantados alhures. Não seria a primeira vez que tais “anomalias” se verificariam, como podemos exemplificar citando a

experiência de entidades autorizadas, como o Banco Mundial e as Nações Unidas, em numerosos países (*) .

O suposto corrente da escassez de recursos — não como fato localizado, regional ou setorialmente, mas como fato geral — tem sido, talvez, o responsável principal pelo não equacionamento correto de numerosos problemas. Com efeito, mesmo nas regiões ou países mais pobres, não somente pode haver recursos não utilizados, como, o que é mais importante considerar, essa não utilização dos recursos — sejam eles de mão-de-obra ou de capital — pode ter efeitos depressivos sobre a economia e inibitórios do desenvolvimento desta. Em tais casos, o problema central do desenvolvimento estará menos na busca de recursos adicionais, do que na pesquisa dos meios e modos de captação e emprego dos recursos sobran-tes.

O PROBLEMA DOS RECURSOS FINANCEIROS

Este problema de captação e emprego dos recursos não é exclusivamente um problema financeiro. Entretanto, não resta dúvida de que, sem adequada formulação do aspecto financeiro da questão, não será possível encontrar soluções satisfatórias. Em termos absolutos, é claro que não pode haver excesso de recursos, nem mesmo nas economias mais desenvolvidas; no entanto, em termos relativos dito excesso pode ocorrer, até nas economias mais pobres. Basta que a poupança bruta tenda a formar-se em atividades já suficientemente equipadas para o atendimento de sua demanda específica — e é óbvio que essa demanda específica, função da demanda global, é tanto menor e, portanto, mais fácil de saturar, quanto mais baixo seja o nível de renda. Simultaneamente, noutras atividades, apesar do baixo nível da demanda global, pode haver demandas específicas não saturadas, sem que, entretanto, se configurem oportunidades válidas de inversão, seja por falta de adequadas equações econômico-financeiras das unidades ou indústrias res-

ponsáveis por aquelas atividades, seja por falta de instrumentos hábeis para a canalização da poupança gerada numas atividades, para outras.

As presentes condições do mercado financeiro brasileiro parecem sugerir que a falta de instrumentalização hábil para a canalização de recursos de umas atividades para outras está emergindo como o principal problema. Com efeito, antes, quando, no nível da demanda final de capital, a demanda era insuficiente, por falta de adequadas equações econômico-financeiras das unidades responsáveis pelas demandas específicas não saturadas, a taxa de juros assumia valores negativos, mesmo para o usuário final do capital; atualmente, a taxa de juros tende a assumir valores positivos, nesse nível, mas os valores negativos persistem no nível do poupador, denunciando uma viscosidade do mercado financeiro que somente pode ser atribuída à falta de instrumentação adequada. Em tais condições, a remodelação do sistema nacional de bancos de fomento, no sentido de capacitá-los, não somente a injetar recursos trazidos de fora ou levantados por via fiscal, mas de levá-los onde eles sejam excessivos, para levá-los às atividades onde haja escassez, pode emergir como o mais premente de todos os problemas a resolver.

Os motivos da viscosidade do mercado financeiro brasileiro escapam aos objetivos deste estudo, os quais se esgotam na pesquisa algo mais atenta do comportamento inter-regional do Brasil, no último decênio intercensitário, que é também um período para o qual dispomos de informações econômicas relativamente completas. Antes do decênio 1950-60, a contabilidade social brasileira apenas dava os seus primeiros passos; por outro lado, no presente decênio, muitos dos levantamentos, ou foram interrompidos ou estão à espera da devida tabulação. Muitos equívocos e ilusões talvez possam ser desfeitos por um aprofundamento dos estudos aqui tentados — a começar pelas idéias errôneas a propósito de um pretenso aumento da desigualdade do desenvolvimento das diferentes regiões, bem assim das suposições tão arraigadas de que as regiões subdesenvolvidas são intrinsecamente incapazes de gerar os recursos necessários à progressiva liquidação do seu próprio atraso.

(*) V. "Bancos de Desenvolvimento" — William Diamond — Fundo de Cultura.

CONCLUSÕES

I) O quadro demográfico brasileiro, depois de permanecer quase inalterado durante muitos decênios, entrou, a julgar pelos resultados comparados dos dois últimos censos, em processo de rápida mudança, procedendo-se a uma enérgica distribuição da população, entre as diferentes regiões e entre o campo e a cidade.

II) A redistribuição da mão-de-obra que acompanha essa mudança do quadro demográfico apresenta peculiaridades que parecem sugerir, em primeiro lugar, uma *expansão da base geográfica* da economia nacional, pela ocupação mais efetiva de áreas outrora desertas, e, em segundo lugar, pela provável transferência de parte do desemprego rural para as cidades.

III) Essa redistribuição da população e da mão-de-obra fêz-se acompanhar de uma mudança nas taxas de variação da renda, no Centro e na Periferia — desacelerando-se a expansão do primeiro, e acelerando-se a do segundo, tanto nas áreas passivas de anti-

go povoamento, como nas áreas de novo povoamento (inclusive nas áreas de transição).

IV) Todo êsse quadro de mudanças não pode deixar de trazer implícitas modificações profundas nas funções básicas de produção, nos hábitos de consumo da população, nem deixar de suscitar pontos de estrangulamento, notadamente no que concerne aos grandes serviços de utilidade pública urbanos e aos transportes a longa distância.

V) Nesses campos devem ser buscadas, de preferência, as novas oportunidades de inversão, dado que a experiência brasileira demonstra que ocorre sempre um lapso de tempo mais ou menos importante e mais ou menos crítico, entre a definição de novos pontos de estrangulamento e a criação dos meios e modos de carreamento para as atividades respectivas do excedente social, o que, como é natural, tende a acumular-se, em primeiro lugar, nas atividades que, tendo-se expandido prioritariamente nos períodos anteriores, encontram-se em condições de formar as parcelas decisivas de poupança social bruta.